



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE VEREADOR FRED MOTA

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR

Projeto de Lei nº 63/2020 – Vereador ISAAC TAYAH, que “Concede desconto de 50% nas tarifas de energia elétrica e de abastecimento de água para as clínicas e hospitais privados, escolas e faculdades particulares do município de Manaus e dá outras providências”.

PARECER

Preliminarmente, cabe esclarecer que esta comissão é responsável por analisar apenas questões pertinentes à legalidade dos Projetos de Leis, desta forma não há qualquer análise de mérito do referido projeto.

Em análise o Projeto de Lei do nobre Vereador, podemos destacar que a PL vem criar obrigações diretas ao município e extrapola a competência municipal na tentativa de legislar sobre energia elétrica.

Desta forma o projeto está em desacordo a legislação local como podemos ver no Art. 80 da LOMAN

Art. 80. “É de competência do Prefeito:

XVII – Fixar as tarifas dos serviços públicos permitidos e concedidos, bem como daqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal.”

Ainda, o projeto encontra vício formal ao tentar legislar sobre matéria privativa da união que está previsto na Constituição Federal, em seu art. 21º e 22º, que estabelece:





CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



Art. 21. Compete à União:

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

De forma didática, apresento jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF) que enfrentam o tema proposto pelo nobre Vereador em sua PL.

(...) lei do Estado do Rio Grande do Sul que isenta trabalhadores desempregados do pagamento do consumo de energia elétrica e de água pelo período de seis meses. Configurada violação aos arts. 21, XII, b; 22, IV e 30, I e V, CF, pois a lei estadual afronta o esquema de competências legislativa e administrativa previsto na Constituição. [**ADI 2.299**, rel. min. Roberto Barroso, j. 23-8-2019, P, *DJE* de 13-12-2019.]

Concessão de serviços públicos. Invasão, pelo Estado-membro, da esfera de competência da União e dos Municípios. (...) Os Estados-membros – que não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas entre o poder concedente (quando este for a União Federal ou o Município) e as empresas concessionárias – também não dispõem de competência para modificar ou alterar as condições, que, previstas na licitação, acham-se formalmente estipuladas no contrato de concessão celebrado pela União (energia elétrica – CF, art. 21, XII, *b*) e pelo Município (fornecimento de água – CF, art. 30, I e V), de um lado, com as concessionárias, de outro, notadamente se essa ingerência normativa, ao determinar a suspensão temporária do pagamento das tarifas devidas pela prestação dos serviços concedidos (serviços de energia





CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



elétrica, sob regime de concessão federal, e serviços de esgoto e abastecimento de água, sob regime de concessão municipal), afetar o equilíbrio financeiro resultante dessa relação jurídico-contratual de direito administrativo. [ADI 2.337 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 20-2-2002, P, DJ de 21-6-2002.]

Portanto, havendo vício de iniciativa no Projeto de Lei em tela, sou **DESFAVORÁVEL** à sua aprovação.

É o parecer.

Manaus, 14 de abril de 2020.

Vereador Fred Mota

Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

ASSINATURAS DIGITAIS

WALLACE FERNADES OLIVEIRA - VEREADOR - 192.566.802-97 EM 15/04/2020 13:22:22
GILVANDRO MOTA DA SILVA - VEREADOR - 200.568.772-34 EM 15/04/2020 12:58:08
DANÍZIO ELIAS SOUZA - VEREADOR - 335.262.302-34 EM 15/04/2020 12:46:50
MARIA JACQUELINE COELHO PINHEIRO - VEREADOR - 231.114.883-49 EM 15/04/2020 12:28:02

